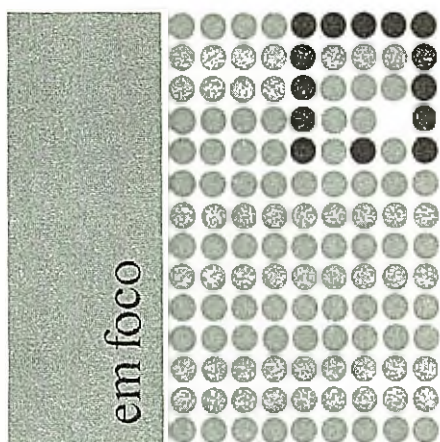




O início dos anos noventa: realidades e perspectivas na área da saúde ambiental

ANTÓNIO LOBATO DE FARIA

1. Preâmbulo

O primeiro ano da década de 90 escoou-se sob o signo do motivante *slogan* «Nosso planeta, nossa saúde» e da frase orientadora «Pensar globalmente, agir localmente», decorrendo, no domínio da saúde ambiental ao nível europeu, com a preocupação de «digerir» os conceitos inseridos na Carta Europeia de Ambiente e Saúde, assinada em Frankfurt (Alemanha) por todos os países englobados na região europeia da Organização Mundial de Saúde (OMS) no final do último ano da década anterior, em 9 de Dezembro de 1989.

O presente «Em foco» destina-se a dar o devido relevo a uma matéria mais do que nunca na ordem do dia, apresentando algumas realidades mais salientes do presente e analisando as perspectivas que se vislumbram como mais possíveis no nosso país durante os próximos anos, que serão os últimos deste extraordinário século xx.

2. Realidades

Em 30 de Março de 1990 o Primeiro-Ministro exarava o Despacho n.º 28/90, no qual determinava que se deveriam «iniciar imediatamente os trabalhos de realização de um Plano Nacional de Política do Ambiente para o período de 1991-1995, com o objectivo de definir uma estratégia de acção política a médio prazo, voltado numa 1.ª fase para a garantia do desenvolvimento sustentável até ao fim da década e para além do ano 2000».

Este foi, sem dúvida, o mais importante documento do ano, pois fixou, a um horizonte de seis anos, quinze temas prioritários a desenvolver em Portugal, a saber:

- Eliminação e ou reduções faseadas das emissões poluentes;
- Mudanças climáticas;
- Qualidade do ar;
- Deposições ácidas;
- Controle da acumulação do fósforo e do azoto na água e no solo;
- Água;
- Floresta;
- Protecção do solo;
- Conservação da Natureza;

□
António Lobato de Faria é professor catedrático da cadeira de saneamento do ambiente na ENSP.

- Resíduos;
- Ruído e outros factores de perturbação;
- Energia, indústria e ambiente;
- Poluição marinha e protecção do litoral;
- Prevenção de riscos ambientais;
- Informação pública, educação, comunicação e investigação.

Estes assuntos prioritários, sem se afastarem das preocupações centrais dos problemas do ambiente, mostram um tom preponderantemente ecologista, sem fazerem aparecer, dentro deles, o verdadeiro cerne de toda a acção, contradizendo, de alguma maneira, o objectivo fulcral da «garantia de desenvolvimento sustentável».

Assim, das quinze matérias que o Plano vai destacar, nada menos de oito são de muita generalidade ou de demasiada especificidade: as mudanças climáticas, as deposições ácidas, o controle do fósforo e do azoto, a floresta, a protecção do solo, a conservação da Natureza, a energia e a informação, educação e investigação.

Dentro das sete restantes, a intervenção do sector da saúde é decisivo em todas elas: a qualidade do ar, a água, os resíduos, o ruído e outros factores de perturbação, a poluição marinha, a prevenção de riscos (sanitários) ambientais e a eliminação (ou redução) das emissões poluentes. Na realidade, a saúde do homem está em muito maior risco, na quase totalidade das circunstâncias de grande probabilidade de ocorrência, do que o equilíbrio dos ecossistemas, sejam eles úteis ou naturais.

A Carta Europeia de Ambiente e Saúde insiste na importância que a saúde do ser humano representa para a base de apoio do desenvolvimento económico-social que se pretende ver implantado no velho continente. Estarão os responsáveis a pensar num activo empenhamento dentro desta realidade? Vê-lo-emos dentro de breves meses, e esperemos bem que sim.

Por outro lado, outra questão se deve pôr, bem mais imediata e bem mais prática: estarão os serviços de saúde pública portugueses preparados para o acréscimo de trabalho programado que, inevitavelmente, lhes vai ser exigido? Com realismo e franqueza, a resposta é negativa, desde que não se avance desde já para uma cooperação forte com a equipa interministerial que vai elaborar o Plano Nacional de Política do Ambiente e se defenda aí a prioridade indispensável de elaborar programas de saúde ambiental e a necessidade fundamental de apoio, institucional e financeiro, a esses mesmos programas.

3. Perspectivas

A conclusão mais gritante dos acontecimentos deste primeiro ano da década ressalta com nitidez ao verificarmos as inúmeras possibilidades de avanço, nacionais e internacionais, e o desejo político de as sustentar em termos imediatos e de muito curto prazo.

Ora, ao relembrar os sucessivos insucessos dos anos oitenta, quer no caminho da conciliação entre o crescimento económico e a qualidade de vida, quer na tentativa de esclarecer o poder político quanto à prioridade *absoluta* que deve merecer a saúde, na sustentação do desenvolvimento económico-social que se pretende unir à democracia autêntica no caminho da «felicidade para todos», na Europa comunitária e para além dela, não podemos fugir à realidade da constatação de que a principal causa do fracasso residiu precisamente na carência de apoio institucional e financeiro.

Uma vez que não parece ser esse o caso nacional, e dadas as reais possibilidades de ajuda a nível da CEE, julgo que se pode terminar este «Em foco» com uma palavra de mais do que esperança, embora sem ser ainda certeza, no que o futuro próximo nos reserva.

Seja o que for que aconteça, a nossa Escola procurará estar sempre, como até aqui, na primeira linha de batalha por uma saúde ambiental abrangente e realista ao serviço de todos os portugueses.

Urge, para tal, relançar, em moldes muito diferentes dos actuais, as actividades de saúde pública nos centros de saúde, por forma a que as matérias leccionadas, com entusiasmo e actualidade, na Escola tenham possibilidade de realização prática no terreno, o que hoje é muito difícil, se não impossível, de acontecer. Deficiências de ordem organizacional, relacionadas com a frustrante experiência quotidiana de aplicação da legislação ao trabalho dos profissionais de saúde pública, e a ausência de programas intersectoriais nos principais domínios da saúde ambiental são duas gritantes lacunas que nos compete sanar com rapidez e vontade de servir bem o País e a população.

Aguardamos com expectativa as aberturas que o Plano Nacional de Política do Ambiente nos dará para sabermos enfrentar o futuro que se avizinha, célere e pleno de contrastes, a um tempo esperançoso e ameaçador.